

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.702 - PA (2019/0130705-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DE
PARAGOMINAS - SJ/PA
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO
GUAMÁ - PA
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
INTERES. : L XAVIER DE ARAUJO & CIA LTDA
INTERES. : LUCIVALDO XAVIER DE ARAUJO
INTERES. : MARIA LENI DA SILVA LIMA

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal de Paragominas/PA contra o Juízo de Direito de São Miguel do Guamá/PA, referente à competência para realizar o cumprimento de carta precatória citatória expedida no bojo de execução ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Aduz o suscitante, em apertada síntese, que, considerando que a parte executada é domiciliada no município de São Miguel do Guamá/PA, deprecou para o Juízo suscitado o ato de citação.

O Juízo de Direito de São Miguel do Guamá/PA – suscitado, à vista da revogação da delegação da competência da Justiça Estadual para processar e julgar Execuções Fiscais da União e de suas autarquias/empresas públicas, deu efeito itinerante à deprecata, remetendo-a à Subseção de Castanhal.

Passo a decidir.

O art. 34, XXII, do RISTJ permite ao relator "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Feito o registro, penso que assiste razão ao suscitante.

O art. 237 do CPC/2015, ao autorizar a expedição de carta precatória, enuncia que, se "o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca".

De outro lado, nos termos do entendimento cristalizado no âmbito da Primeira Seção desta Corte Superior, ainda sob as luzes do Estatuto Processual

Superior Tribunal de Justiça

Civil anterior, "o juízo deprecado não é o da causa, mas o simples executor dos atos deprecados, não lhe cabendo perquirir o merecimento, só podendo recusar o cumprimento e a devolução da precatória sob o arnês das hipóteses amoldadas no art. 209, I, II e III, do CPC".

A propósito, vale transcrever a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA NA JUSTIÇA FEDERAL. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA A JUÍZO DE DIREITO DE FORO DISTRITAL PERTENCENTE À COMARCA SEDE DA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL ONDE TRAMITA A EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL, INCLUSIVE PARA A PRÁTICA DO ATO PROCESSUAL OBJETO DA PRECATÓRIA.

1. O que se analisa, na presente hipótese, é simplesmente a competência para a prática de um ato processual, cujos parâmetros estão previstos no art. 209 do CPC. Esta Seção, ao julgar o CC 13.728/SP (Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 4.9.1995), proclamou que o juízo deprecado não é o da causa, mas o simples executor dos atos deprecados, não lhe cabendo perquirir o merecimento, só podendo recusar o cumprimento e devolução da precatória sob o arnês das hipóteses amoldadas no art. 209, I, II e III, do CPC. Ainda nesta Seção, por ocasião do julgamento do CC 40.406/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJ de 15.3.2004, p. 145), decidiu-se que não pode o juiz estadual negar cumprimento à carta precatória, sob o argumento de que sua comarca insere-se no âmbito de competência do juízo federal deprecante, a não ser que a comarca também seja sede de vara da Justiça Federal. Esta ressalva verifica-se no presente caso, em que se trata de carta precatória expedida a juízo de direito de foro distrital pertencente à comarca sede da vara da Justiça Federal onde tramita a execução fiscal.

2. A Segunda Seção do STJ, ao julgar o CC 62.249/SP (Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 1º.8.2006, p. 365), entendeu que o juízo deprecado pode recusar cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho motivado, desde que evidenciada uma das hipóteses enumeradas nos incisos do art. 209 do CPC, quais sejam: (i) quando não estiver a carta precatória revestida dos requisitos legais; (ii) quando carecer o juiz de competência, em razão da matéria ou hierarquia; (iii) quando o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade. No referido julgamento, a Segunda Seção consignou que, existindo Vara Federal na Comarca onde se situa o Foro Distrital, não subsiste a delegação de competência prevista no art. 109, § 3º, da CF, permanecendo incólume a competência absoluta da Justiça Federal.

3. Consoante ficou bem esclarecido por esta Seção de Direito Público, no julgamento do CC 43.075/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJ de 16.8.2004), não se deve confundir vara distrital e comarca. Esta última poderá abranger mais de um município, conforme dispuser a lei de organização judiciária local. Já a vara distrital é um seccionamento interno da comarca, vale dizer, um distrito judiciário dentro de sua circunscrição territorial. Assim, uma única comarca poderá apresentar tantas varas distritais quantos forem os municípios por ela abrangidos. Existindo vara federal na comarca onde situado o foro distrital, não incide a delegação de competência prevista no § 3º do art. 109 da Constituição da República, restando incólume a competência absoluta da Justiça Federal.

4. Conflito conhecido para se declarar a competência do Juízo Federal, ora suscitante, inclusive para a prática do ato processual objeto da precatória. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, CC 124.073/SP, rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 06/03/2013).

Superior Tribunal de Justiça

No caso concreto, as razões declinadas pelo Juízo suscitado não são hábeis a justificar o não cumprimento da deprecata, considerando que a Lei revogadora (13.043/2014) dispôs sobre o processamento e o julgamento de ações de Execução Fiscal, e não sobre a execução de diligências processuais.

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XXII, do RISTJ, DECLARO competente o Juízo de Direito de São Miguel do Guamá/PA, para o cumprimento da carta precatória expedida no bojo da Ação n. 1000039-38.2017.4.01.3906.

Publique-se. Comunicações de estilo.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

